



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA N.º 22/20, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

PRESENTES:

Sr. Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro
Sr. Vice-Presidente, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Sra. Vereadora, Eng.ª Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira
Sr. Vereador, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira
Sr. Vereador, Dr. António Luís da Silva Martins
Sr. Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia
Sr. Vereador, Dr. Rui Moreira Batista

Pelas nove horas e quarenta minutos, no Centro Cultural de Tábua, o Senhor Presidente da Câmara, deu início à reunião com o período anterior ao do “*Antes da Ordem do Dia*”, em cumprimento do artigo 49.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Faltou à presente reunião por motivos imprevistos o Senhor Vereador, Carlos Alberto dos Santos, sendo substituído pelo Senhor Vereador, Dr. Rui Moreira Batista, nos termos do art.º 78.º e 79.º, n.º 1 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, falta esta que foi justificada.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Tomou a palavra o Senhor Diogo Abreu, filho do casal cuja habitação, sita na Moita da Serra, freguesia da Carapinha, destruída por um incêndio ocorrido no passado dia 18 de janeiro do ano em curso e que, ao ter conhecimento por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Carapinha que o assunto consta na Ordem de Trabalhos da presente reunião, quis inteirar-se pessoalmente sobre o

49



CÂMARA MUNICIPAL

apoio que a Câmara pretende atribuir aos pais, designadamente, no que concerne à aquisição de alguns materiais, necessários à concretização das obras a efetuar na habitação em apreço.

Considerando que o assunto é o último da Ordem de Trabalhos e a fim de evitar que o referido município permaneça desnecessariamente na reunião, o Senhor Presidente da Câmara propôs que a Ordem de Trabalhos fosse alterada, no sentido do assunto ser debatido após efetuadas as intervenções inerentes ao Período de Antes da Ordem do Dia, proposta que mereceu aprovação unânime do Executivo.

Dado não haver mais ninguém que manifestasse interesse em intervir, o Senhor Presidente da Câmara passou, de imediato, ao período seguinte, em cumprimento do artigo n.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

O Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião, começando por apresentar cumprimentos a todos os elementos do Executivo, técnicos do Secretariado das Reuniões de Câmara, colaboradores do Centro Cultural e comunicação social, presentes.

No uso da palavra e na sua intervenção, começou por fazer referência ao aniversário da EPTOLIVA, que foi assinalado no passado dia 13 de novembro, onde participou, felicitando os seus órgãos sociais, entre os quais, o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz e o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira, que fazem parte da Direção, por mais um ano de qualidade e que vai ser marcado, no próximo ano letivo, com o novo Centro Qualifica, uma área que veio potenciar a aposta efetuada na referida Escola Profissional, em termos de desenvolvimento de



CÂMARA MUNICIPAL

competências adquiridas pelos alunos ao longo da formação e que nos dias de hoje, já é classificada como uma das melhores do País. Por isso, manifestou felicitações à mesma por todos os projetos, por todos os prémios em que se tem destacado e, sobretudo, pela grande capacidade que tem sido demonstrada por toda a Direção, pessoal docente e não docente, pela formação de qualidade proporcionada aos jovens que passam pela Escola Profissional – Um futuro de Excelência, quer para aqueles que seguem o ensino superior, quer para os que ingressam no mundo do trabalho e, que, também tem contribuído com as empresas do concelho, engrandecendo a região, em termos de qualidade e de competências.

Seguidamente, no que respeita ao programa alusivo ao Natal deu nota que o mesmo resulta da parceria existente entre o Município de Tábua e o de Oliveira do Hospital, felicitando, neste âmbito, a Direção da ADI pela atividade que tem tido e pela forma como tem conduzido os seus destinos em prol do comércio e das empresas do nosso concelho e da região.

De igual modo, deu nota que na passada sexta-feira, dia 27 de novembro, avançou-se já com a iluminação de Natal que vai dar à Vila de Tábua outra cor e outra alegria, desejando que o Natal seja, no fundo, uma época que minimize, de alguma forma, aquilo que tem sido a crise derivada à pandemia Covid-19, para o comércio e empresas do concelho.

A respeito da mencionada pandemia, informou que o concelho de Tábua, na última avaliação, deixou de estar na situação de concelho de risco elevado. Contudo, face ao que lhe foi transmitido, precisamente no dia da última reunião, pelo Senhor Secretário de Estado do Desporto, que detém a tutela a nível da ARS da Região Centro, com ligação às Autarquias e às entidades intermunicipais no âmbito da pandemia Covid-19, que o concelho de Tábua registava 30 casos e por isso iria passar a concelho de risco elevado, facto que o deixou estupefacto, tendo em consideração que as indicações que tinha eram apenas de 23 casos e, nesse mesmo dia, após a conversa atrás referida, registava somente 25, estando aquém

1
2
3



CÂMARA MUNICIPAL

dos 28 que era o número limite e, por essa razão, não faria sentido. Mas, posteriormente, veio a confirmar-se que haveria situações de pessoas que, embora tivessem cá o domicílio fiscal, já há muitos anos que não tinham ligação a Tábua. Entretanto, com a criação dos níveis de concelhos de risco extremo, risco elevado, muito elevado e risco moderado, acabou por passar, uma semana depois, à situação de risco moderado. E, por isso, como citou *"o nosso comércio e as nossas empresas e as próprias pessoas viram a sua liberdade de, alguma forma, diferente porque não estivemos sujeitos a confinamento. Estivemos, apenas, um fim-de-semana em que o comércio encerrou, a partir das 13 horas. E, esperamos que a próxima avaliação que será feita, em princípio, amanhã que o concelho de Tábua se mantenha na situação de risco moderado, até porque os dados que temos de momento a isso conduzem. Mas, nunca poderemos garantir nada, porque de uma hora para a outra podem surgir vários casos. Há que esperar que realmente os Tabuenses continuem a ter cuidado, quer os que cá estão, quer os que nos visitam e que possamos continuar a ser um concelho seguro"*.

Por fim, deu nota que no dia de ontem o Senhor Primeiro-ministro transmitiu que o País já recebeu a primeira tranche, de três mil milhões de euros, proveniente do apoio europeu, que considera *"ser um indicador bastante importante para os orçamentos municipais, para as atividades que lhe estão subjacentes e que, realmente, estes calendários sejam cumpridos porque está em causa tudo o que é desenvolvimento, coesão e, sobretudo, a competitividade económica e o consequente desenvolvimento das empresas e do País"*, manifestando, por isso, *"a sua satisfação pelo trabalho que tem sido desenvolvido pelo Governo e pela forma como as coisas têm sido conduzidas"*.

Nada mais tendo a acrescentar, passou a palavra aos Senhores Vereadores para se pronunciarem sobre o que entenderem por conveniente.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. RICARDO CRUZ:

O Senhor Vereador e Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz, após apresentação de cumprimentos a todos os elementos presentes na Reunião de Câmara, iniciou a sua intervenção, dando nota da cerimónia que decorreu nas escolas, no passado dia 13 de novembro, cuja participação foi efetuada de forma digital, tendo em consideração as limitações e restrições inerentes à pandemia Covid-19, manifestando com enorme satisfação que o Município e o Agrupamento de Escolas de Tábua, veem reconhecido o galardão Eco-Escolas.

Seguidamente, disse associar-se às palavras do Senhor Presidente, no âmbito do 29.º aniversário da EPTOLIVA, *“uma escola de referência na região e a nível nacional, que muito nos orgulha, não só ao concelho de Tábua, mas também, ao de Oliveira do Hospital e a sua área de abrangência para Arganil”*, saudando toda a comunidade escolar por este aniversário.

De igual modo, parabenizou a Tuna Mouronhense pelo seu 106.º aniversário, que devido às restrições a que a pandemia obriga, não pode comemorar a data como era sua pretensão.

No capítulo da Educação, transmitiu que, no passado dia 17 de novembro, se realizou via online a Reunião do Conselho Municipal da Educação, precavendo-se deste modo tudo que seja a ligação entre pessoas nas reuniões presenciais, tendo em consideração a distância e o número de pessoas presentes e que decorreu de forma correta, elogiando o trabalho e sacrifício que tem sido feito nas escolas do concelho, no âmbito não só do arranque do ano letivo, de toda a logística e preparação do mesmo, que foi analisado, mas, sobretudo, a preparação e o combate à pandemia, sabendo-se que existem limitações em termos de práticas pedagógicas. Contudo, com salientou *“julgamos nós que está a ser feito um trabalho de excelência, face às restrições existentes, referindo-se concretamente, desde os transportes à alimentação, passando pelos EPI's e estruturando aquilo que sempre foi apanágio do Município de Tábua, um concelho*

Q. D.



CÂMARA MUNICIPAL

que investe na Educação, no âmbito do reforço, também, da alimentação saudável, da entrega e fornecimento dos livros de atividades e de material escolar. Portanto, inúmeras coisas que têm sido feitas para que, efetivamente, tudo decorra em conformidade e da melhor forma, como todos nós esperamos, assumindo, obviamente, que desde o dia 1 de setembro o Município de Tábua tem responsabilidades acrescidas no âmbito da descentralização de competências nesta matéria".

No âmbito dos investimentos que têm sido efetuados na referida área, deu nota que, no passado dia 27 de novembro, os alunos da EB de Mouronho já fizeram uso do novo espaço requalificado, destinado ao serviço de refeições, pelo que o referido estabelecimento de ensino já se encontra todo remodelado, faltando apenas concluir alguns pormenores para que efetivamente o mesmo possa ser inaugurado.

Em sede de representatividade, deu nota que acompanhou o Senhor Presidente e o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira, na Exposição 15 " Três Anos Depois", que decorreu na Biblioteca Municipal.

Transmitiu, também, que marcou presença na conferência de imprensa da ADI, elogiando o trabalho que tem sido feito pela mesma, sobretudo, no que respeita à campanha que está a ser criada para alavancar, mais que nunca, aquilo que são as compras no comércio local, desde os vales de natal às iniciativas que estão programadas, bem como, ao Black Friday que decorreu, no passado dia 27 de novembro, subordinado ao *slogan* "Cá Compra Cá Fica".

A este respeito, referiu haver cada vez mais necessidade de potencializar o comércio local, fazendo um apelo a todos os Tabuenses que, efetivamente, "*este ano comprem as suas prendas no nosso comércio local*".

Prosseguiu, transmitindo que, no passado dia 30 de novembro e de forma simbólica, o Município de Tábua assinalou o 30.º Aniversário da Proclamação da Carta das Cidades Educadoras, partilhando nas suas redes sociais, ao longo dos 30 dias do mês de novembro, 30 vídeos que abordaram as 30 aprendizagens



CÂMARA MUNICIPAL

adquiridas ao longo dos 30 anos, tendo sido também pintado um painel simbólico inerente à temática que será, oportunamente, visitado.

Na área do desporto, designadamente, no que respeita à colocação do material sintético de politeno na Pista de Atletismo, informou que os trabalhos decorrem em conformidade e de acordo com os *timings* definidos.

Também, neste capítulo, deu nota que Gala do Desporto teve de ser reestruturada, tendo em consideração as limitações impostas até ao momento pela pandemia Covid-19, ou seja, ausente de público, decorrendo a mesma, no próximo dia 8 de dezembro de forma *online*, neste mesmo espaço do Centro Cultural, com um programa radiofónico a ser transmitido nas redes sociais, com o propósito de simbolizar e exaltar, de alguma forma, o trabalho de todas as associações desportivas de Tábua.

Ainda no uso da palavra, felicitou a autarquia pela implementação dos Serviços *online*, cada vez mais necessários, para que se possa associar e valorizar aquilo que é a ausência de pessoas ou a redução do número de pessoas no espaço físico, assim como, todo o trabalho que tem sido feito pela autarquia e por todas as instituições, sobretudo, pelos serviços municipais de Proteção Civil, registando com enorme satisfação a saída de Tábua da lista dos concelhos de elevado risco. Valorizou, igualmente, todo o investimento que tem sido feito pelo Município no âmbito do saneamento, nomeadamente, com a recente aquisição das Estações Elevatórias de Águas Residuais.

Finalizou a sua intervenção, dando os parabéns ao tabuense Constantino Ferreira pela publicação do livro "Viagens no Tempo", bem como a pessoa do Senhor Presidente da Câmara, pela distinção que a autarquia recebeu no âmbito do prémio "Autarquias Familiarmente Responsáveis".

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, ENG.ª SILVIA FERREIRA:

Jo.



CÂMARA MUNICIPAL

No uso da palavra a Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia Ferreira, após apresentação de cumprimentos a todos os presentes na reunião, começou por dar nota da reunião tida na CIM Região de Coimbra, onde marcaram presença a maior parte das Câmaras que a constituem e que teve por finalidade fazer a programação do próximo Quadro de Candidaturas.

Neste âmbito, explicitou ter reivindicado alguns itens. que deveriam ser incluídos, se possível, no próximo programa de candidaturas, designadamente, a aquisição de um programa informático, vulgarmente, denominado de *no paper*, para desmaterialização de todos os processos do Urbanismo, de modo a que deixe de se entregar o processo fisicamente em papel e passe a ser entregue *online*, bem como, a aquisição de um equipamento informático que pudesse levar à digitalização de todos os processos existentes em arquivo, evitando-se a sua degradação ao longo do tempo.

Destacou, igualmente, a importância da reprodução de cartografia considerando que o território está em constante mudança, caducando a mesma de 5 em cinco anos, à exceção dos Planos de Pormenor, Planos de Urbanização que caducam de 3 em 3 anos e são trabalhos extremamente caros para o Município pelo que seria importante se houvesse candidaturas nesta área e na atualização das cartografias.

Quanto ao cadastro dos prédios rústicos, deu nota que “ está a ser alvo de candidatura, sendo igualmente importante, a seu ver, o dos urbanos, sendo também interessante que houvesse um *software* destinado à Fiscalização, para que os Fiscais do Município quando tiverem de deslocar-se a determinado local, para verificação de uma edificação, possam saber em que fase está o processo da mesma.

No que respeita ao número de formulários informatizados, esclareceu que, de momento estão a ser trabalhados treze formulários, sendo importante alarga-lo.

No seguimento do exposto, interveio o Senhor Presidente para esclarecer quanto à parte digital e ao investimento em tecnologia, que “ *isso faz parte*,



CÂMARA MUNICIPAL

também, dos investimentos que constam e há uma grande aposta no orçamento, designadamente, na área digital e na área de informática. Portanto, são áreas cruciais quer no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e, também, no nosso PRPI, Programa de Revitalização do Pinhal Interior, que abrangem dezanove municípios que foram afetados pelos incêndios de 2017, uma área onde estamos incluídos. E, dizer que essa área de informática digital e tudo o que tenha a ver com a Modernização Administrativa são, realmente, objetivos específicos e que estão bem claros nesses Programas. E, por isso, com certeza que vamos ter, também, grandes benefícios nessa área e grandes investimentos como, aliás, já temos previsto um investimento significativo no nosso Orçamento para 2021”.

Relativamente à cartografia, clarificou que “foi efetuado um grande investimento de mais de 150.000 euros, nos últimos anos, sendo que agora os Municípios estão a delegar, também, essa competência na Comunidade Intermunicipal, tal como já fez a Comunidade Intermunicipal de Dão Lafões, e que se conseguem ganhos de eficiência muito grandes porque, sobretudo, na área dos voos, quando vêm fazer a cartografia conseguem estender-se a áreas muito maiores. E, por isso, diminui os custos que é aquilo que, realmente, nos penalizava muito, terem de vir fazer os voos a nível municipal ou a nível concelhio na área do concelho e, por vezes, as delimitações das áreas não eram as mais corretas.”

No que respeita ao cadastro, esclareceu que “aquilo que está previsto no Programa do Governo, é o cadastro da propriedade rústica. O cadastro da propriedade urbana não está previsto, para já, mas não quer dizer que não venha a acontecer. De momento, a prioridade é o cadastro da propriedade rústica até para podermos, de alguma forma, ordenar a nossa floresta, ordenar os nossos espaços rurais e termos, também, a possibilidade de estarmos a criar condições de resiliência, em caso de incêndios ou de catástrofes. Relativamente aos urbanos, o interesse é outro, mas de qualquer modo é uma prioridade que, com certeza, também vai ser adotada, futuramente”.

fo.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

Efetuada a habitual apresentação de cumprimentos a todos os presentes na reunião, o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira, no uso da palavra e no seguimento do referido pelo Senhor Presidente e Vice-Presidente, parabenizou igualmente a EPTOLIVA, bem como a Tuna Mouronhense.

No âmbito de atuação dos Serviços Municipais da Proteção Civil, partilhou que se continuam a monitorizar todos os casos de que é dado conhecimento, nomeadamente, no apoio ao agregado familiar e às pessoas que estão obrigadas à quarentena, assegurando desde a distribuição de alimentos, transporte dos mesmos ou entrega de medicamentos ou de qualquer outro tipo de produtos, procedendo igualmente à desinfeção dos espaços, quer seja a pedido das entidades, como também por privados, estando disponíveis para continuar a efetuar este trabalho que, a seu ver, é extremamente importante para se conseguir mitigar o problema da pandemia.

Também, neste contexto, deu nota que a recolha do lixo contaminado está ativa, sendo algo que foi noticiado, pelo que todo aquele que necessite destes serviços poderá requisitá-lo ao Município.

Finalizou a sua intervenção, garantindo que o serviço está acautelado e os números do concelho, tendo em conta a realidade nacional, como já foi referido pelo Senhor Presidente, são favoráveis e a continuar assim, o concelho permanecerá neste escalão, sendo isso que, efetivamente, interessa realçar.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. ANTÓNIO MARTINS:

Após apresentar cumprimentos aos presentes, usou da palavra o Senhor Vereador, Dr. António Martins, começando por questionar o Senhor Presidente a respeito da recente publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, elaborado pela Ordem dos Contabilistas onde consta Tábuva identificada a vermelho, numa das tabelas inerentes aos Municípios com maíos diferença



CÂMARA MUNICIPAL

J. J.

negativa entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas comprometidas.

Sobre o assunto referiu *"ter tido o cuidado de, no ano passado, ter visto que ocupava o 3.º lugar, estando este ano em 1.º, pelo que o Senhor Presidente certamente terá uma palavra a dizer acerca disto e uma justificação para esta situação"*.

De igual modo, referiu que *"na lista dos Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais, o Município de Tábua se situa em vigésimo lugar, focando também o prazo médio de pagamento, respeitante ao ano de 2019, cuja situação já foi abordada várias vezes, nas reuniões"*.

Ao questionado, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que *"a diferença receita e despesa refere-se, precisamente, à divergência que existe entre os valores, no fundo, comprometidos e para os quais temos que ter receita e aquilo que foi a despesa realizada porque, efetivamente, as obras continuam em curso e daí haver um diferencial muito grande este ano. Para o próximo ano de 2021, vai haver alteração porque há obras que vão ser finalizadas e, logo, esses valores vão equilibrar. Contudo, se tivermos obras, candidaturas ou investimentos que vamos avançar, com certeza, que em 2021 não serão concluídos e, daí, que poderá haver alguma situação que se venha a verificar. Mas, com certeza, os valores irão ser diferentes. Além disso, também, pode ser resultado de criarmos as oportunidades, da nossa ambição, de querermos aproveitar todas as possibilidades, em termos de candidaturas, já que no passado, eventualmente, houve investimentos que poderiam ter sido feitos e que não foram. Agora, temos aproveitado todos os investimentos, todas as possibilidades, em termos de candidaturas e, isso, por vezes, cria alguns constrangimentos e, designadamente, também tem havido atrasos porque, este ano, o Covid foi terrível na área dos fundos comunitários e dos programas operacionais, dado que a maior parte das pessoas continua em*

Y. J.



CÂMARA MUNICIPAL

teletrabalho e as coisas não funcionam da mesma forma e com a mesma celeridade.

No que respeita ao desequilíbrio orçamental, clarificou que “já tinha dado conta disso quando foi aprovada a Conta de Gerência, que havia um diferencial de cerca de 114.000 euros, pelo facto de termos pago despesa corrente com receita de capital.

É um desequilíbrio orçamental, ou seja, a receita corrente não assumiu toda a despesa corrente e, por essa razão, isso aconteceu. Mas, isso também é permitido porque podemos ir até 5%, o que nos daria uma margem de mais de 500.000 euros e, tivemos apenas cerca de 114.000 euros. E, este ano de 2020, por causa das medidas de apoio ao Covid, o Governo e a Assembleia da República aprovaram uma alteração à Lei, no sentido de que no ano de 2020 está dispensado o equilíbrio orçamental”.

Quanto ao prazo médio de pagamento, disse estranhar que “a DGAL tenha feito a correção e a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas não tenha adotado o valor que a DGAL fixou com a Prestação de Contas, que baixou em sessenta e dois dias o nosso prazo médio de pagamento, assunto que já tinha sido falado numa Reunião de Câmara. Mas, efetivamente, foi aquilo que saiu e nós temos a certeza disso. Está publicado. Está no site da DGAL. Contudo, este ano, estamos em dezembro e até hoje, a DGAL que publicava trimestralmente as fichas do município, ainda não publicou nenhuma, embora fosse um bom indicador para nós, em termos de gestão, mas como não temos essa ferramenta, este ano ficamos sem essa possibilidade. No entanto e, como já disse numa reunião anterior, temos o Relatório dos Revisores Oficiais de Contas relativo ao primeiro semestre, com um resultado muito satisfatório e, por isso, é uma forma de irmos, também, acompanhando a nossa execução anual. Mas, relativamente, à DGAL, não temos essa possibilidade”.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, JOAQUIM GARCIA:



CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Vereador Joaquim Garcia, usou da palavra apenas para apresentar cumprimentos a todos os presentes na reunião.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. RUI MOREIRA:

Interveio o Senhor Vereador, Dr. Rui Moreira apresentando cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, colegas Vereadores, comunicação social e aos funcionários do Município e público, presentes em Reunião de Câmara.

No uso da palavra começou por referir que “ *dos vários assuntos da Ordem do Dia, todos eles de suma importância, destacaria os seguintes: - a evolução normal das atividades decorrentes da gestão do Executivo, a proposta de orçamento para o ano de 2021 e, por último, a Ação Social. E, é neste último ponto que necessariamente correlacionado com a votação do orçamento queria dar nota da necessidade de maior apoio social às pessoas, às condições básicas de cada um, dando como exemplo a presença do Senhor Diogo Abreu, no público, cujo pedido não devemos descurar, antes pelo contrário, sermos mais interventivos face a situações como a que foi apresentada pelo mesmo, até porque vivemos num quadro diferente daquele a que estávamos habituados, nomeadamente, na última década e, de facto, os órgãos autárquicos, os governos centrais deverão ser mais interventivos, mais preocupados, mais sensíveis a estas situações*”.

Findas as intervenções, prestados os esclarecimentos solicitados às questões expostas e no seguimento da proposta aprovada no início da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara passou de imediato à análise do ponto 12 da Ordem de Trabalhos.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA



CÂMARA MUNICIPAL

1. APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 21/20, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020.

Deliberação n.º 337 - Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada, foi aprovada por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, não tendo votado o Senhor Vereador, Dr. Rui Moreira Batista pelo facto de não ter estado presente na mesma.

2. ADESÃO À AUTENTICAÇÃO DA CHAVE MÓVEL DIGITAL – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE A AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P. (AMA) E O MUNICÍPIO DE TÁBUA.

Deliberação n.º 338 - Presente o Protocolo a celebrar entre a Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA) e o Município de Tábua, que se dá por reproduzido, e que tem por objeto a definição das regras que visam permitir a autenticação através da Chave Móvel Digital, como meio seguro, nos sítios de Internet indicados pelo Município, nos termos e para os efeitos enunciados do n.º 10 do artigo 2.º da Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, na sua redação atual.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar e concordar com as cláusulas elencadas no Protocolo em questão, a ser outorgado pelo Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea a, n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CONTABILIDADE

3. ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA PARA O ANO DE 2021/GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2021/NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Deliberação n.º 339 - Em cumprimento do disposto na NCP 26, NCP 1, parágrafo 17, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, do n.º 1



CÂMARA MUNICIPAL

do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 02 de setembro (RFALEI), na sua versão atual, foram presentes, pelo Senhor Presidente da Câmara, os Documentos Previsionais, que se dão por reproduzidos, elaborados em obediência às regras e princípios orçamentais consagrados pelas diferentes normas legais em vigor, focando os principais projetos e objetivos a alcançarem ao longo do próximo ano.

Sobre o assunto, o Senhor Presidente da Câmara começou por tecer algumas considerações, ao *Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2021* enviado, elucidando que regista algumas alterações que foram introduzidas, este ano, relativamente aos orçamentos e aos planos de atividades”.

Neste contexto, explicitou “como consta da informação que, este ano, foi alterado o prazo para aprovação a 30 de novembro e com a situação da tolerância de ponto, do dia 30, o Senhor Secretário de Estado da Administração Local emitiu uma informação no sentido de que a data limite transitaria para o dia de hoje, 2 de dezembro, motivo pelo qual a presente reunião foi adiada, agradecendo, desde já, a disponibilidade dos Senhores Vereadores”.

Prosseguiu, referindo que “este ano, contrariamente ao que era habitual, com o SNC - AP há uma série de alterações que foram introduzidas, desde logo, os documentos previsionais, como consta no orçamento e onde esclarece quais são os documentos que devem ser objeto de análise e aprovação, assim como, os que são da competência da Câmara, ou seja, o Balanço Previsional, a Demonstração de Resultados Previsional e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional e aqueles que são da competência da Assembleia Municipal, considerando que alguns, neste momento, são específicos devido a alterações de competências da Câmara e outros da Assembleia Municipal”.

Contudo e pese embora que “os documentos a remeter à Assembleia Municipal, de acordo com a nova legislação, eram uma súmula muito restrita de informação, nós vamos manter aquilo que era o habitual e vamos enviar toda a informação ao Órgão Deliberativo, mesmo os que não são objeto de deliberação pelo mesmo, para terem conhecimento, realmente, daquilo que foi aprovado pelo

9.9.



CÂMARA MUNICIPAL

Executivo e do respetivo conteúdo que, em termos de transparência é o melhor que podemos fazer”.

Prosseguiu, fazendo referência às entidades onde o Município tem participações; ao quadro plurianual de programação orçamental; ao cenário macroeconómico para 2021 que, infelizmente, não é o melhor, mas irão ser encetadas as diligências que estiverem ao alcance do Município para poder contribuir, também, para um bom desempenho das finanças públicas, assim como, ao Orçamento de Estado para 2021, entretanto aprovado, esclarecendo não haver grandes divergências em relação ao que estava previsto.

Destacou, igualmente, as verbas que serão canalizadas através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), já mencionado aquando da intervenção da Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia Ferreira, tendo já entrado no Estado Português três mil milhões de euros, dos 45 mil milhões que hão-de vir até 2027, referindo *“haver todo o interesse que a execução seja até 2025/2026, porque caso contrário corremos o risco, se não tivermos capacidade para executar rápido, de outros países absorverem uma fatia muito importante daquilo que também pertence ao Estado Português. Portanto, estamos a ir buscar alguma verba daquilo que tínhamos contribuído para os Fundos Europeus”.*

Ainda, no uso da palavra, referiu que *“ da nossa parte julga que, dos futuros Executivos, ninguém porá em causa que estará na primeira linha a ambição de ter um concelho mais moderno, mais coeso, melhores Serviços para os cidadãos, mais qualidade de vida, melhor ambiente, ou seja, tudo aquilo que, no fundo, são as vertentes e os vetores destes Planos, quer de Recuperação e Resiliência, quer do Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI)”.*

Salientou, ainda, no âmbito dos domínios considerados relevantes para dimensão territorial pelas Comunidades Intermunicipais, a Transição Climática, a Transição Digital e por último a Resiliência, que ao englobarem diversas áreas permitem que os Municípios e as entidades se candidatem a verbas significativas.



CÂMARA MUNICIPAL

Realçou, igualmente, a despesa com os Recursos Humanos, designadamente, no domínio da Saúde e da Educação, esclarecida no Relatório em análise, que também estão na ótica dos investimentos para o futuro e que são resultantes da transferência de competências para os municípios, prevista na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, com reflexo financeiro este ano.

No que respeita ao Orçamento, referiu ser “ *um Orçamento equilibrado, que engloba, como já tinha sido aprovado sem qualquer voto contra, na Reunião de Câmara e, apenas, com um voto contra da CDU na Assembleia Municipal, os investimentos no âmbito das infraestruturas rodoviárias, com recurso ao financiamento de 3 milhões e meio de euros que está a aguardar o Visto do Tribunal de Contas e que contratualizámos com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Centro, CRL*”.

Fez, igualmente, referência aos seguintes itens:

- Relação das Responsabilidades Contingentes que resultam de factos passados e que estão a ser objeto de análise jurídica e de decisão judicial ficando, também, consignadas;
- Compromissos Plurianuais, cujas verbas, para os anos seguintes, têm de ser todas definidas, que por ser tudo previsional, não é uma situação que vai condicionar futuros orçamentos, mas de qualquer modo já é um indicador que se deve ter em linha de conta aquando da elaboração dos mesmos;
- Princípios e Regras Orçamentais;
- Princípio e à Regra do Equilíbrio Orçamental que está a ser cumprida no nosso Orçamento, onde se poderá constatar no resumo apresentado que a receita corrente ultrapassa a despesa corrente e as amortizações médias dos empréstimos têm de ser incluídas, também, nos encargos correntes;
- Empréstimos – Médio e longo prazo, em cujo mapa estão calculadas as amortizações médias, com referência a 2013, por ter sido a data que foi definida para cálculo dos anos seguintes, sendo que as agora existentes nada têm a ver

P. J.



CÂMARA MUNICIPAL

com 2013, registando-se atualmente o valor de 554 501,12 de amortizações, em virtude dos financiamentos que, entretanto, foram sendo liquidados;

- Mapa das Entidades Participadas pelo Município, identificadas pelo número fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente, sendo que alguns dos valores constantes no mesmo não são de suportar pelo Município, mas correspondem a valores que o Município detém no capital das entidades, como é o caso do CESAB, e o restante são quotas de participação nas associações.

Relativamente às Grandes Opções do Plano para 2021, deu nota que o orçamento apresenta a previsão anual das receitas e das despesas, atingindo o valor global de 25 milhões 389 mil 173 euros, cifrando-se a receita corrente em 14 milhões 951 mil 948 euros, a receita de capital em 10 milhões 437 mil 225 euros, a despesa corrente em 14 milhões 391 mil 052 euros e a despesa de capital em 10 milhões 998 mil 121 euros.

Relativamente às Receitas, salientou a existência de algumas que os Senhores Vereadores poderão achar estranho estarem incluídas, mas são verbas não recebidas, até à presente data, designadamente, do Fundo Ambiental, do Turismo e, também, da área dos Fundos Comunitários de despesas executadas, mas que têm de estar inseridas no Orçamento.

Sobre as Atividades Mais Relevantes e às GOP's, deu nota que estão contemplados naqueles documentos todos os investimentos que estão em curso, bem como, os que não vão ser concluídos em 2020, mas que têm de estar incluídos, prevendo-se, também, investimento noutras áreas, designadamente, encargos com o PRR, o PRPI e com a Modernização Administrativa.

Antes de finalizar, referiu que, na sua ótica, *"é um Orçamento equilibrado que se o conseguirmos concretizar e ir mais além, se houver verbas destes dois Programas (PRR e PRPI), será muito importante quer para o Concelho, quer para toda a nossa área, mesmo florestal, porque há Programas novos e, obviamente, também, para a nossa economia, para as nossas empresas, para a qualidade de*



CÂMARA MUNICIPAL

vida, para o nosso ambiente, Educação e Cultura que estão sempre na primeira linha, uma vez serem áreas onde investimos muito. Portanto, julga que existem todas as condições para ter aqui um orçamento que vai proporcionar aos munícipes de Tábuva e ao concelho estar, em termos de região, bem equilibrado e se a Coesão algum dia foi um sonho, agora vai passar a ser uma realidade, porque é esse o objetivo quer do Governo, quer da Senhora Ministra da Coesão e, também, dos nossos responsáveis comunitários porque tudo indica, nesse sentido. Espera, sinceramente, que nesta parte final do ano de 2020, obtenhamos melhores resultados, em termos de Covid e, que no ano de 2021, com a previsível vacinação voltemos à vida normal e possamos desonerarmo-nos desta carga terrível que tem sido, desde há nove meses a esta parte, que não tem sido fácil, não só, pelos encargos, pelas responsabilidades, pela preocupação, pelo apoio às famílias, mas também, pelo risco de óbitos que possam ocorrer. Assim sendo, espera que o ano de 2021 seja o ano da resolução definitiva desta pandemia que pôs em causa todo o desenvolvimento económico e toda a sustentabilidade do País que estava a ser conquistada há uns anos a esta parte e, que foi terrível, nomeadamente, na área do Turismo e, também, da exportação”.

Finalizou, referindo estar disponível, assim como, a Senhora Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dra. Sofia Félix, para prestarem os esclarecimentos julgados necessários sobre os documentos em apreciação, passando a palavra aos Senhores Vereadores para que se pronunciassem sobre os mesmos.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz que referiu “pretender fazer, apenas, um reforço ao que foi explanado, sabendo que há uma nova metodologia na elaboração do próprio documento. E, nesse sentido, parabenizou o esforço e empenho do Senhor Presidente e todo o staff da Câmara, tendo em consideração, não só, essa nova metodologia, mas também, esta abertura para que o documento possa ser levado à Assembleia Municipal, ainda, com alguns documentos de suporte, não obrigatórios mas que, efetivamente, possam servir de

19.



CÂMARA MUNICIPAL

esclarecimento aos nossos Deputados Municipais e aos Tabuenses de uma forma global".

Prosseguiu, reforçando que, na sua ótica, "será o maior orçamento de sempre, produzido pelo Município de Tábua".

Outra nota que gostaria de realçar, prende-se com a descentralização de competências, já referida pelo Senhor Presidente, "que é uma responsabilidade que temos, com novos desafios, novas oportunidades mas, sobretudo, novas responsabilidades nesta matéria em que, efetivamente, estamos só a falar de valores elevadíssimos, tendo em consideração aquilo que é a assunção de novas competências que nos obriga, também, a fazer mais e melhor".

Como terceira nota e no âmbito das GOP, salientou "aquilo que já referiu de modo global em que, efetivamente, este Executivo continua a apostar fortemente naquilo que é o aumento da qualidade de vida dos Tabuenses e, também, naquilo que é o maior investimento de sempre no saneamento, no abastecimento das águas que é notório, havendo que reforçar o que está a ser feito nas freguesias que ultrapassa e muito aquilo que, efetivamente, é executado na Vila. E, neste sentido, há que quebrar aquela questão que, muitas das vezes, é levantada sobre a falta de investimento nas freguesias, que é incorreta. E, portanto, dar-vos nota que este orçamento reforça, também, estas matérias".

Por último e, tendo em consideração que, muitas das vezes, o investimento não é só físico, mas também imaterial, salientou a Educação que foi sempre um pilar do Município de Tábua e que está, novamente, avultado com inscrição de verbas que permitem um desenvolvimento e uma aposta nos Tabuenses, logo desde crianças, para que possam percorrer a sua construção enquanto seres ativos, enquanto homens e mulheres, também, de amanhã".

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Vereador, Dr. António Martins para referir que "os Vereadores do PPD/PSD, na senda do que têm defendido ao longo dos anos, registam com apreço este cenário de plurianualidade que, agora, somos obrigados a inscrever, tendo referido isso em sucessivos orçamentos e



CÂMARA MUNICIPAL

compreendem ser assim que se clarificam muito melhor as linhas orientadoras do Município para um futuro mais alargado. No ano passado mostraram preocupação pelo facto dos valores de financiamento não definidos serem elevadíssimos, também não podem deixar de sublinhar este facto de ser agora alterada essa situação e de já se encontrarem totalmente previstas essas verbas nas fontes de financiamento”.

Além disso, referiu também que “se congratulam pelo aumento substancial no investimento na cultura, de facto bastante interessante”.

Ainda, no uso da palavra e numa primeira leitura efetuada ao Relatório em apreciação, disse “ter-lhe chamado a atenção, a não inscrição de novos projetos de vulto para o Município, que não consegue encontrar, parecendo-lhe numa primeira fase que “o Trilho dos Gaios” seria uma novidade, mas conseguiu confirmar que já foi orçamentado no ano passado, até com 200.000 mil euros e, portanto, nem essa situação era uma novidade”.

Seguidamente e embora estando referido no Relatório, solicitou ao Senhor Presidente que lhes descrevesse, de forma breve, “o que é este Plano de Recuperação e Resiliência e, por que motivo é que as verbas, que lhe pareceram ser muito baixas, têm de aparecer no orçamento?”, questionando também “se os 350.000 euros para freguesias estão dentro dos valores do ano passado?”

Prosseguiu a sua intervenção, referindo não ter percebido muito bem os investimentos na Educação, no âmbito da transferência de competências, pelo que questionou “se não há um compromisso da parte do Governo na transferência dessas verbas para o Município, que nas Grandes Opções do Plano aparecem como verbas próprias. Não deveriam ser verbas transferidas do poder central para o Município? No que respeita aos apoios sociais no âmbito do Covid e que aparecem nas GOP, gostaria de ser elucidado “sobre o que está previsto para alocar essas verbas”.

Fez, igualmente, referência às verbas destinadas quer ao PDM, quer ao projeto “Dar Vida às Aldeias”, que baixaram comparativamente com as do ano transato, solicitando por isso explicações sobre as mesmas.

R.D.



CÂMARA MUNICIPAL

Por último, fez referência à derrama, que como têm defendido outras vezes, entendem que este imposto ao ficar nas empresas do concelho poderia ser reinvestido pelas mesmas, na criação até de emprego, ainda mais nos tempos que estamos a viver e que se avizinham pouco animadores, pelo que não podíamos deixar de notar isto.

Interveio, o Senhor Vereador, Joaquim Garcia para questionar o seguinte: *“Na conta de despesas, designadamente, na rubrica “seminários e projetos” consta um valor de 560 mil euros. Na rubrica “outros trabalhos especializados”, 690 mil euros. Na conta pessoal, uma rubrica que diz “pessoal em qualquer situação”, 92 mil 366 euros. A que é que isto diz respeito? Esses valores, a meu ver, são elevadíssimos, não fazendo qualquer sentido, visto que o Município possui Técnicos competentes para desempenhar estas tarefas. Num ano tão difícil que vamos enfrentar, acho que são despesas a mais, que são valores brutais, pelo que gostaria que o Senhor Presidente explicasse isto em pormenor, por favor”.*

De seguida, usou igualmente da palavra o Senhor Dr. Rui Moreira Batista que, como referiu *“antes de mais felicita a Dra. Sofia Félix e a sua equipa da Divisão Administrativa e Financeira porque, de facto, o documento é elaborado com a respetiva competência técnica e, na sua intervenção, falaria em termos macro porque, relativamente a algumas rubricas em específico, nós entregaremos no final a nossa declaração de voto e aí, sim, de facto com algumas rubricas que, obviamente, para nós são bastante incongruentes. Este ano de 2021 será um ano diferente, como todos nós sabemos, mas hoje sabemos que o ano 2021 será diferente. Claro que em 2019 ninguém imaginaria como seria o ano de 2020. Agora existem todas as condições para trabalhar o ano, adaptar e ajustar o nosso ano de 2021. E, portanto, isto pressupõe também que seja um orçamento diferente. Seja elaborado um orçamento de acordo com aquilo que se antevê. Não será, de facto, um ano fácil. Portanto, posso dizer que este não é um orçamento para os Tabuenses. É um orçamento, infelizmente, igual ao dos anos anteriores e constatamos que serve apenas motivos eleitorais. É do nosso conhecimento que os*



CÂMARA MUNICIPAL

Tabuenses estão cansados deste tipo de política. Urge, no nosso entender, uma tomada de decisões e estratégia ao serviço das pessoas. Urge proteger o emprego e proteger as empresas. Isto porque Tábua não é só a empresa A ou empresa B. É todo o comércio grande ou pequeno que empregue uma ou mil pessoas, porque é de pessoas que estamos a falar. A degradação contínua do concelho e suas freguesias é a prova viva que as decisões levadas a cabo têm sido desastrosas. Com o orçamento, alvo de votação para 2021, o Executivo tem margem para fazer o que bem entender, sem fundamentar, nem justificar gastos que consideramos inócuos. Como disse o Senhor Joaquim Garcia e, muito bem, tome-se o exemplo de gastos em recorrer a estudos, projetos, consultadoria, isto é, serviço de outsourcing ou de contratação externa, quando o Município tem excelentes e eu repito, excelentes recursos humanos ao seu dispor. E, pergunto “que gestão é esta?”. Em suma, pede-se uma viragem urgente ao rumo levado em Tábua. É isso, que nós, de facto, pedimos. Termino por reiterar a informação de que nós entregaremos a nossa declaração de voto e tornaremos pública e fundamentaremos explicitamente todas as nossas opiniões”.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Vereador, Dr. António Martins, quando refere que “não há novos projetos”, o Senhor Presidente clarificou que “efetivamente, não há novos projetos. Mas, também temos que pensar no seguinte: - estamos no final de um quadro comunitário, sendo que o quadro 2020 que se estende até 2023 e que já tem, no fundo, todas as verbas, praticamente, comprometidas. Contudo, no futuro, poderá haver algumas verbas, em termos de overbooking e vai haver, mas é para reforço de projetos que já estão candidatados e que, neste momento, não têm dotação financeira. Além, disso, estamos a iniciar um novo quadro comunitário e, ainda, não sabemos com rigor quais são as Diretivas para o mesmo quadro 2021-2030 e que, em breve, obviamente, nos serão dadas novas informações sobre estes projetos. Daí que, nós não podemos, de alguma forma, estar a candidatar novos projetos, enquanto não houver a abertura do quadro 2020-2030 que, neste caso, começa em 2021, porque o Portugal 2020



CÂMARA MUNICIPAL

termina agora no final do ano, mas vai estender-se até 2023, como já referi, assim como aconteceu com o QREN 2007-2013 que foi até 2017 e que só foi fechado em 2018, em termos financeiros e de auditoria de processos. Portanto, é um ano diferente, em que não temos, em termos de candidaturas, investimentos para já, mas eles estão pensados e a ser organizados os processos para logo que haja essa possibilidade podermos apresentar candidaturas".

Relativamente ao PRR e, também, o PRPI, de que tanto se fala, esclareceu "serem verbas que vêm da União Europeia e que respeitam a verbas de recuperação e resiliência, sendo que o Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI) é um programa que foi criado para os municípios mais afetados pelos incêndios de 2017, da Zona do Pinhal Interior que já tem garantida pela Senhora Ministra da Coesão, uma dotação de 60 milhões de euros e que os municípios estão a solicitar ao Governo que seja reforçado com mais 40 milhões, ou seja, 100 milhões de euros para novos investimentos em 19 municípios. E, aí a razão pela qual estão abertas as rubricas. Caso contrário, se não estivessem inscritas no orçamento o PRR e o PRPI, o que viria acontecer, logo que houvesse uma abertura por qualquer razão e nós temos diretivas como constam do próprio Relatório, designadamente, a transição digital, todas as áreas que, no fundo, são as previsões, cujo Plano já está aprovado pela União Europeia, onde nós temos aqui os Eixos do PRPI (Promoção do ordenamento do espaço rústico; reforço da segurança das populações e a proteção dos espaços florestais e desenvolvimento de uma estratégia económica e social do território), mas ainda não estão definidos, em termos de Estado Português, quais são as candidaturas que vão ser admitidas e quais são os valores para esses Eixos, ou seja, não pode haver, ainda, candidaturas".

No âmbito do PRR, como já tive oportunidade de dizer "temos a Transição Climática (eficiência energética em edifícios, descarbonização dos transportes públicos de passageiros, à luz das competências enquanto Autoridades de Transportes) que delegamos na Comunidade Intermunicipal (CIM). Depois, tem a Transição Digital (infraestruturação



CÂMARA MUNICIPAL

tecnológica nas escolas) e não só, dada a existência de outras áreas onde podemos fazer investimentos no âmbito da mesma”.

Relativamente, ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), esclareceu que “se aplica à Saúde, Habitação Social, Respostas sociais, Transição climática, Prevenção de riscos e proteção civil, Alterações climáticas, Gestão da floresta e transformação da Paisagem, Reforço de conectividades nas áreas de acolhimento empresarial e centros tecnológicos, mais uma na área digital e, também, a candidatura no âmbito da Proteção Civil, que no nosso caso já foi aprovada recentemente. Portanto, as rubricas para estes Eixos tinham de ser deixadas abertas no orçamento, daí a razão de terem valores muito baixos, por desconhecermos o que vai acontecer, em termos de candidaturas e quais são os Avisos que vão ser abertos e quais são as possibilidades que vamos ter. Mas, desde que tenhamos a rubrica aberta no orçamento, a partir daí é fácil, bastando apenas introduzir o saldo, sem necessidade de estar a socorrer-mos quer de um processo de uma reunião extraordinária sobretudo, por parte, da Assembleia Municipal para podermos fazer revisões sucessivas ao orçamento. Isto é prever o futuro com alguma segurança e, no fundo, estamos a fazer aquilo que fez a Comunidade Intermunicipal, que fizeram as outras Comunidades Intermunicipais e outros municípios, para poderem ter margem para trabalhar o próximo quadro comunitário e, deste modo, aproveitarem a oportunidade que estes Programas vão dar,(...) motivo pelo qual temos de os ter previstos no nosso orçamento”.

Quanto à questão sobre “Dar vida às aldeias”, informou “ser uma das áreas que, embora não seja claro, está, precisamente, consignada no PRPI, com o chamado “condomínio das aldeias”, a respeito do qual já tinha feito referência numa Reunião de Câmara. E, aí, também só depois de termos este dossier fechado com os municípios e com verbas financeiras e que, provavelmente, vai ser constituída uma ITI para gerir estes dinheiros do PRPI, é que podemos ponderar quais são as áreas onde vamos investir, mas deixamos todos os Eixos abertos,



CÂMARA MUNICIPAL

também, em termos de orçamento para podermos beneficiar daquilo que vier a surgir(...)".

No que respeita ao questionado sobre a área da Educação, transmitiu que *"as verbas que estão alocadas à Educação são referentes às transferências. E, quando o Senhor Vereador diz que são transferências do Estado, efetivamente são, mas é receita municipal porque essa receita é a mesma coisa de receitas que nos são transferidas do Orçamento do Estado. Portanto, o pessoal passou para o quadro do município e essas receitas, de acordo com o que foi acordado na transferência de competências, são transferidas mensalmente para o município para assunção dos encargos com pessoal, com infraestruturas, com aquisição de serviços e, também, com uma série de outras áreas"*.

Quanto à questão das GOP, exposta pelo Senhor Vereador, Dr. António Martins, inerentes aos apoios no âmbito do Covid, o Senhor Presidente explicou que se trata de verbas que estão definidas para apoios sociais, que temos estado a reportar mensalmente, desde junho, mas que, até ao momento, não fomos ressarcidos das mesmas por parte do Estado, já que as mesmas estão consignadas no Orçamento de Estado para 2021.

Sobre a questão do PDM, referiu tratar-se *"de um processo que tem sido muito complicado e moroso, tendo havido pelo meio, quando o processo já estava de alguma forma adiantado, os processos dos incêndios de 2017, que alterou tudo o que era, em termos de definição de áreas no território, sobretudo, nas áreas de risco. Agora, temos o PDM numa fase mais final, contando que, definitivamente, em 2021 o tenhamos aprovado, estando, nesse sentido, a aguardar a reunião da CCDRC"*.

Ainda, a respeito deste assunto e por solicitação do Senhor Presidente, interveio a Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia Ferreira que acrescentou outros esclarecimentos julgados por convenientes.

Quanto à derrama, referiu que *"tendo a mesma sido aprovada em reunião da Câmara e sessão da Assembleia Municipal, obviamente, temos de a contemplar"*



CÂMARA MUNICIPAL

no orçamento. Contrariamente aos anos transatos, a dotação não foi aumentada porque entendemos que, realmente, não faria sentido, até porque as empresas, provavelmente, vão ter piores resultados, como todos sabemos, do que os anos anteriores”.

Sobre as questões apresentadas pelo Senhor Vereador, Joaquim Garcia, o Senhor Presidente solicitou à Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara, Dra. Sofia Félix que esclarecesse as mesmas, o que foi feito.

Relativamente à intervenção do Dr. Rui Moreira Batista, o Senhor Presidente da Câmara disse “ *respeito a sua opinião, mas a minha opinião é totalmente contrária. É um orçamento a favor dos Tabuenses. É um orçamento que se preocupa com as empresas e com o emprego, obviamente. Somos dos Município que mais ajudamos e os Senhores Vereadores são testemunhas disso, ou seja, de quantos apoios têm sido aqui definidos para as empresas. O Senhor não em estado nas reuniões da Câmara, por ser um Vereador apenas em regime de substituição, mas, ainda na última ou penúltima reunião foram beneficiadas três empresas, pelo menos, com mais de 100 mil euros, em apoios. Portanto, todos os projetos das empresas que nos solicitam apoios, obviamente, que são analisados pelos Serviços Técnicos e vêm a reunião da Câmara e isso pode ser visto na Prestação de Contas de 2020, qual vai ser o volume de despesa que foi assumida pelo Município, com apoio às empresas e, obviamente, ao emprego. Nós também, através da ADI, através de outras entidades, também temos colaborado com o comércio local, com toda esta situação gerada pelo Covid que nos afetou a todos e esta colaboração é feita no sentido de apoiar e proteger as nossas empresas, o nosso comércio e o nosso emprego. E, felizmente, os nossos empresários têm conseguido suportar esta crise de uma forma que, também, considero muito resiliente da parte deles e muito segura. Portanto, felicitá-los por isso e também felicitar os Tabuenses porque fazem uma aposta no comércio local. Quanto à degradação, Senhor Vereador, é a sua opinião, obviamente. Não é a minha. Não é a do Executivo. Nós, com certeza, gostaríamos de fazer mais investimentos, de fazer mais obras. Agora, que estamos*

ps.



CÂMARA MUNICIPAL

a contribuir de uma forma grande para melhor qualidade de vida das pessoas, estamos. Temos um investimento previsto para o ano de 2021 e, não é, um investimento eleitoral, como o Senhor referiu, que é o do investimento nas nossas infraestruturas rodoviárias. Foi uma possibilidade que a Lei deu do Município avançar para um investimento maior. E, por isso, assumimos esta responsabilidade que, aliás, foi elogiada pela bancada do PSD, por termos capacidade para tal. E, dizer-lhe que a Lei saiu numa quinta-feira e na segunda-feira saiu um documento muito bem organizado e pelo qual fomos felicitados, com todas as infraestruturas que decidimos aprovar, onde já tínhamos o plano de investimentos, onde tínhamos as medições com rigor. Entregamos esse documento aos Senhores Vereadores, onde tínhamos identificado as patologias dos pavimentos e de tudo aquilo que era preciso fazer. Daí ter elogiado o Chefe de Divisão da DOSUA, Eng.º Lima pelo trabalho que ele e toda a sua equipa fizeram, no sentido de elaborar, de certeza, "o melhor plano de sempre" do Município de Tábua, no âmbito das infraestruturas rodoviárias. Portanto, é sinal de que estamos atentos, é sinal de que estamos preocupados, é sinal de que queremos melhor qualidade de vida e mais segurança para os munícipes Tabuenses. Por isso, como já foi dito, estamos a fazer investimentos grandes nas freguesias, designadamente, os saneamentos, o investimento na Praia Fluvial da Ronqueira, entre outros investimentos que estão a ser efetuados a nível das freguesias, estando a colaborar com as respetivas Juntas de Freguesia, no sentido de melhorar tudo o que é possível. Portanto, não podemos é inventar aquilo que, realmente, não temos, porque se tivéssemos um orçamento de 100 milhões de euros, com certeza que tínhamos possibilidade de fazer outros investimentos e outras beneficiações. Quanto à gestão e à contratação de outsourcing não é uma opção do Município. É a necessidade. Eu reconheço a qualidade e capacidade dos nossos Técnicos, sendo o primeiro a elogia-los e a felicita-los pelo trabalho. Contudo, há serviços, como pode ser confirmado pelos nossos Técnicos, aqui presentes, Chefes de Divisão da DAF, da DOPGU e da DOSUA, se o Município tem capacidade para assumir todas as responsabilidades



CÂMARA MUNICIPAL

no âmbito daquilo que são os serviços que nós contratamos, exclusivamente, quando não temos possibilidade de recurso nos meios dos nossos colaboradores. E, já agora dizer, mais. Nós não podemos exigir mais a quem trabalha até às 6, 7, 8, 9 e 10 da noite, se for preciso e aos fins-de-semana”.

Prestados os necessários esclarecimentos, a Câmara deliberou por maioria, com quatro votos a favor, três votos contra e zero abstenções, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os seguintes documentos, com exceção do Balanço Previsional, Demonstração de Resultados Previsional e Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional:

Relatório do orçamento.

Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia local.

Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica.

Articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental.

Orçamento.

Grandes opções do plano.

Atividades mais relevantes.

Plano plurianual de investimentos.

Mapa das entidades participadas pelo município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente (consta do relatório do orçamento).

Sobre a votação aos documentos em análise, os Senhores Vereadores do PPD/PSD, Dr. António Martins, Joaquim Garcia e Dr. Rui Moreira Batista, apresentaram a seguinte declaração de voto:

“ORÇAMENTO 2021



CÂMARA MUNICIPAL

Os vereadores do PPD/PSD, finalmente registam com apreço a apresentação das GOP para os anos seguintes, enquadrando-as num **cenário de plurianualidade**, tal como têm defendido sucessivamente, no respeito pelo artigo 44.º da lei 73/2013 de 3/9, clarificando desta forma as linhas orientadoras que o município tem traçadas para um futuro mais alargado;

No ano passado mostrámos a nossa preocupação pelo facto de os valores de financiamento não definido serem elevadíssimos. Sublinhamos o facto de para 2021 já se encontrar inscrita a totalidade das fontes de financiamento.

Por outro lado

O **Endividamento bancário continua muito elevado**, além da razoabilidade desejada para um município como Tábuia; valor previsto para 31/12/2021: 6.340.000€. Isto, num quadro de passivo de aproximadamente 11.650.000€.

O executivo espera continuar a apoiar-se em **empresas locais para se endividar**: quase 2.000.000€ de dívidas a fornecedores, quando deveriam ser estes a precisar de ajuda, e não de um encargo em cima das suas finanças empresariais, comprometendo a sustentabilidade das empresas e respetivo emprego/desemprego.

Continuamos a ter uma estrutura de custos muito pesada, gorda, ineficiente, com **despesas com pessoal** superiores a 5,600M i, em detrimento da concessão de direitos básicos, tais como saneamento, tratamento de esgotos, assim como o apoio aos que mais precisam, vítimas da atual conjuntura.

Não obstante os erros do passado, o executivo continua a contratar serviços externos, para **estudos, pareceres, projetos e consultoria**, envolvendo valores acima dos 300.000,00 quando tem excelentes técnicos internos. Isto é menosprezar os recursos humanos do município, mas é também brincar com o dinheiro dos contribuintes.

Muitas dívidas existem, mas muitas dúvidas persistem após análise do Orçamento para o ano de 2021: Na rubrica de despesas, estão previstos cerca de €1M€ para "**Encargos das instalações**"; ou cerca de 745.746€ com "**Outros trabalhos especializados**". Afinal, do que é que falamos?

À semelhança do que já apontámos para este ano 2020, continuamos a investir na **elaboração do PDM** ano após ano, e os resultados continuam a não ser visíveis. Neste orçamento prevêem-se mais cerca de 77.000 €;

O **projeto "dar vida às aldeias"** previa para 2020 um investimento de 1.000 €, que à data de aprovação do orçamento não compreendemos para que serviriam tais valores, por insignificantes que nos pareceram. Surgem agora orçamentados 5.000€ para 2021. Continuamos a estranhar estas



CÂMARA MUNICIPAL

verbas e a notar ao mesmo tempo uma clara falta de ambição neste projeto, potencialmente tão importante para a coesão territorial do nosso concelho.

Com o **imposto da derrama** o município prevê arrecadar 233.694, verbas que deveriam reverter para as empresas, na certeza de que se constituíam como reforço do quadro de investimentos no município, favorecendo ao mesmo tempo a implantação de novas unidades empresariais no concelho, que assim optam por municípios vizinhos, nos quais não é cobrado este imposto.

Este orçamento, à semelhança dos anteriores, é o orçamento onde a rubrica "**OUTROS**" é rainha: só na aquisição de bens de capital, prevista para 2021, esta rubrica soma mais de 2.500.000€.

Concluindo,

Num ano que se prevê desafiante, nomeadamente quando se fala de SOBREVIVÊNCIA, este executivo propõe **gastos** que no nosso entender são **supérfluos** e um verdadeiro atentado à dignidade da gestão dos recursos públicos. O dinheiro de todos nós!

Face ao exposto, o sentido de voto dos vereadores do PPD/PSD, perante a proposta de aprovação dos documentos previsionais, não pode ser outro que não seja o **voto contra**".

A presente deliberação foi aprovada quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 22/2020, para produção de efeitos imediatos.

RECURSOS HUMANOS

4. MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TÁBUA PARA 2021 E RESPETIVO REGULAMENTO.

Deliberação n.º 340 - Presente a informação 'n.º 33/RH, dos Recursos Humanos, datada de 16 de novembro do ano em curso, que anexa os seguintes documentos, que se dão por reproduzidos:

- Proposta do Mapa de Pessoal do Município de Tábua para 2021;
- Proposta de Regulamento do Mapa de Pessoal do Município de Tábua para 2021.

Prestados os devidos esclarecimentos pelo Senhor Presidente da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três

1

1



CÂMARA MUNICIPAL

abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal deste Município para 2021 e respetivo Regulamento, a serem remetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A presente deliberação foi aprovada quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 22/2020, para produção de efeitos imediatos.

DOPGU – DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

5. LOTEAMENTOS URBANOS/OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Deliberação n.º 341 – Presente o processo de Loteamento Urbano n.º 02/2020/5, referente à alteração ao Lote n.º 1 do Loteamento Corte Real, com o Alvará n.º 01/1997, que se dá por reproduzido, em que é requerente Rui Fernando Mendes da Silva Brás, sito no lugar de Quinta de Fora, freguesia e concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo à informação n.º 242/2020, datada de 20 de novembro em curso, do Senhor Arq.º José M. Fonseca e à proposta da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o pedido de alteração ao loteamento, nos termos do n.º 8 do art. 27.º do RJUE.

A presente deliberação foi aprovada quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 22/2020, para produção de efeitos imediatos.

6. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 342 – Presente o processo de Licenciamento de Obras n.º 20/2017-SA/40/008, que se dá por reproduzido, em que é requerente Langereis – Empreendimentos Turísticos, Lda., referente à obra de “Legalização da alteração,



CÂMARA MUNICIPAL

ampliação de edifícios de habitação constituídos em propriedade horizontal a destinar a empreendimento turístico no espaço rural – Casas de Campo”, situada na Quinta do Rabaçal, lugar de Vila do Mato, freguesia de Midões e concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara, atendendo à informação n.º 47/2020, datada de 17 de novembro de 2020, do Senhor Eng.º Pedro Rodrigues, com a concordância da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística técnica a, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, deferir o pedido de licenciamento nos termos do n.º 1, al. c) do artigo 23.º do RJUE, com os condicionalismos constantes da aprovação da arquitetura, e aprovar o cálculo das taxas inerentes ao pedido de licenciamento.

Deliberação n.º 343 – Presente o requerimento apresentado por Novaqui – Equipamentos e Mobiliário de Conforto, S.A., em 17/11/2020 e registado no MGD sob o n.º 5511, documento que se dá por reproduzido e onde é requerida a isenção do pagamento das taxas devidas relativamente ao processo de Autorização de Utilização n.º 09/2019/136, referente a “Edifício destinado a indústria” situado no Lote 4 da Área Industrial e Empresarial de Sinde - Tábua, na união de freguesias de Espariz e Sinde e concelho de Tábua.

Face ao requerido e ao teor da informação n.º 057/2020, datada de 25/11/2020, da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, deferir o pedido de concessão de isenção das taxas devidas, no valor de 6.846,40 (seis mil oitocentos e quarenta e seis euros e quarenta cêntimos), nos termos do n.º 10 do art.10.º da 1.ª alteração do RMTOR.

As presentes deliberações foram aprovadas quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 22/2020, para produção de efeitos imediatos.



CÂMARA MUNICIPAL

7. CERTIDÕES PARA EFEITOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE.

Deliberação n.º 344 - Presente o requerimento de parecer à constituição de Compropriedade, registado no MGD sob o n.º 5377, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, apresentado por Gerridina de Jonge Kruit, cujos comproprietários serão Rita Alexandra Balsa Bancaleiro e André da Silva Lopes Simas, para efeitos de escritura notarial de compra e venda, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 2938, situado no lugar de Arroiteia, união de freguesias de Espariz e Sinde e concelho de Tábua.

Face ao requerido, e ao teor da informação n.º 139/2020, datada de 13 de novembro em curso, do Senhor Eng.º Joel Brandão Fonseca, com a concordância da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o despacho da Senhora Vereadora do Pelouro do Planeamento e Gestão Urbanística, datado de 17/11/2020, de emissão de parecer favorável à constituição da compropriedade, com a advertência para o facto de que a eventual divisão prevista no artigo 1412º do Código Civil não será viável, em virtude do prédio ter uma área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.

Deliberação n.º 345 - Presente o requerimento de parecer à constituição de Compropriedade, registado no MGD sob o n.º 5395, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, apresentado por António Monteiro Rodrigues, Advogado, cujos comproprietários serão João José de Andrade Correia Arez e Mónica de Moura Romero Fernandes, para efeitos de escritura notarial de partilha, do prédio rústico inscrito na matriz sob



CÂMARA MUNICIPAL

o artigo n.º 1662, situado no lugar de Casal ou Quinta (Rego Travesso), freguesia de São João da Boa Vista e concelho de Tábua.

Face ao requerido e ao teor da informação n.º 138/2020, datada de 13 de novembro em curso, do Senhor Eng.º Joel Brandão Fonseca, com a concordância da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o despacho da Senhora Vereadora do Pelouro do Planeamento e Gestão Urbanística, datado de 17/11/2020, de emissão de parecer favorável à constituição da propriedade, com a advertência para o facto de que a eventual divisão prevista no artigo 1412.º do Código Civil não será viável, em virtude do prédio ter uma área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.

As presentes deliberações foram aprovadas quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 22/2020, para produção de efeitos imediatos.

DOSUA - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

8. CONCURSOS E CONSULTAS.

Presente o Ajuste Direto n.º 31-S/2020, relativo a “Aquisição de Serviços de Conservação, Restauro e Valorização Turístico-Cultural da Via Romana da Pedra da Sé”, que se dá por reproduzido, adjudicado à empresa Arqueohoje – Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda., pelo valor de 13.680,00€ (treze mil, seiscentos e oitenta euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 02 de setembro de 2020.

A Câmara toma conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 51-S/2020, relativo a “Aquisição de Serviços de Iluminação de Natal para a Vila de Tábua”, que se dá por reproduzido, adjudicado

P D,



CÂMARA MUNICIPAL

à empresa Som Ideal – Sonorizações e Iluminações, Lda., pelo valor de 13.900,00€ (treze mil, novecentos euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 06 de novembro de 2020.

A Câmara toma conhecimento.

Presente o Ajuste Direto n.º 50-B/2020, relativo à empreitada de “Aquisição de sobrepressor novo para a ETAR de Tábua”, que se dá por reproduzido, adjudicado à empresa AERZAN Ibérica, Lda., pelo valor de 8.874,93€ (oito mil, oitocentos e setenta e quatro euros e noventa e três cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 06 de novembro de 2020.

A Câmara toma conhecimento.

9. AUTOS DE MEDIÇÃO.

Deliberação n.º 346 - Presente o auto de medição n.º 16 de trabalhos contratuais da empresa Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda., referente à empreitada “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Vale de Taipa, Babau e Sevilha” – C.P. n.º 01-E/2017, no valor de 17.259,42€ (dezassete mil, duzentos e cinquenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 347 – Presente o auto de medição n.º 22 de trabalhos contratuais da empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., da empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Espariz e Carragosela, incluindo a Construção de ETAR” – C.P. n.º 04-E/2017, no valor de 16.667,15€ (dezasseis mil,



CÂMARA MUNICIPAL

seiscentos e sessenta e sete euros e quinze cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

Deliberação n.º 348 – Presente o auto de medição n.º 17 de trabalhos contratuais da empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., da empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Meda de Mouros e Bogalhas e beneficiação e ampliação da ETAR de Pinheiro de Coja” – C.P. n.º 06-E/2017, no valor de 3.921,43€ (três mil, novecentos e vinte e um euros e quarenta e três cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto e proceder ao respetivo pagamento.

As presentes deliberações foram aprovadas quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 22/2020, para produção de efeitos imediatos.

10. TRABALHOS COMPLEMENTARES.

Deliberação n.º 349 – Presente o processo de Concurso Público n.º 20-E/2019 relativo à empreitada de “Construção de Pista Multifuncional” – 1.ª modificação objetiva do contrato de empreitada – trabalhos complementares e prorrogação do prazo, adjudicada à empresa CAPSFIL – Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos, S.A.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo à **informação** técnica n.º 029/2020, de 109 de novembro de 2020, do Senhor Eng.º José Lima, Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, foi deliberado por

10



CÂMARA MUNICIPAL

unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, o seguinte:

1. Aprovação da 1.^a modificação objetiva do contrato de empreitada de “Construção de Pista Multifuncional”, no valor de 26.326,09€ (vinte e seis mil, trezentos e vinte e seis euros e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
2. Aprovação da prorrogação do prazo de execução da empreitada, a título gracioso e com efeitos retroativos, por 52 dias, fixando a data limite em 14/12/2020;
3. Que a responsabilidade pelo pagamento dos trabalhos complementares seja do dono da obra;
3. Redução a escrito da presente modificação objetiva.

A presente deliberação foi aprovada quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 22/2020, para produção de efeitos imediatos.

11. PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Deliberação n.º 350 – Presente o processo de Concurso Público n.º 04-E/2017, adjudicado à empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., relativo à empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Espariz e Carragosela, incluindo a Construção de ETAR” – Prorrogação do prazo de execução, que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao teor da informação técnica n.º 049/2020, da Senhora Eng.^a Andreia Coelho, com a concordância do Senhor Eng.º José Lima, Chefe da DOSUA – Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, o seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL

1. A não aplicação de sanções contratuais ao adjudicatário;
2. A aprovação da prorrogação do prazo de execução da empreitada, a título gracioso e com efeitos retroativos, por 172 dias, fixando a data limite em 13/04/2021;
3. A redução a escrito da presente modificação ao contrato.

Deliberação n.º 351 - Presente o processo de Concurso Público n.º 06-E/2017, adjudicado à empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., relativo à empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Meda Residuais de Meda de Mouros e Bogalhas e Beneficiação e Ampliação da ETAR de Pinheiro de Coja” – Prorrogação do prazo de execução, que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao teor da informação técnica n.º 050/2020, da Senhora Eng.ª Andreia Coelho, com a concordância do Senhor Eng.º José Lima, Chefe da DOSUA – Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, o seguinte:

4. A não aplicação de sanções contratuais ao adjudicatário;
5. A aprovação da prorrogação do prazo de execução da empreitada, a título gracioso e com efeitos retroativos, por 169 dias, fixando a data limite em 13/03/2021;
6. A redução a escrito da presente modificação ao contrato.

A presente deliberação foi aprovada quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 22/2020, para produção de efeitos imediatos.

DEDS - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
AÇÃO SOCIAL



CÂMARA MUNICIPAL

12. HABITAÇÃO ARDIDA NA LOCALIDADE DE MOITA DA SERRA/PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS.

Deliberação n.º 352 - Presente a informação n.º AS/20, da Técnica Superior do Gabinete de Ação Social, Paula Duarte, datada de 25 de novembro corrente, relacionada com o incêndio ocorrido no dia 18 de janeiro do ano em curso, que destruiu a habitação do casal, Jorge Gouveia Abreu e Rosa Maria Costa de Oliveira, localizada na Moita da Serra, freguesia da Carapinha, deste concelho e pese embora, as várias diligências que já foram efetuadas para apoiar a família em questão, na construção da mesma, quer pelo Município, quer por particulares e, também, pela Junta de Freguesia da Carapinha, propõe que a Câmara participe na aquisição de alguns materiais necessários que permitam efetuar a obra, no valor de 4.400,53€ (quatro mil e quatrocentos euros e cinquenta e três cêntimos), conforme documentos que se dão por reproduzidos.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o contributo proposto na referida informação, dando conhecimento à empresa adjudicatária, Materiais de Construção Ricardo Saraiva, para fornecer de imediato, os materiais constantes na proposta apresentada.

A presente deliberação foi aprovada quanto a esta parte, pela minuta de ata n.º 22/2020, para produção de efeitos imediatos.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,